

**PROCESSO Nº. 136/2022**

**CHAMADA PÚBLICA Nº. 003/2022**

**EDITAL Nº. 101/2022**

A Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373 – 4500, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Chamamento Público, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Federal 8.666/93 bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, nas formas e condições estabelecidas no edital;

**1- DO OBJETO**

1.1. Objeto do presente Edital de Chamamento Público a seleção de entidade sem fins lucrativos, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 para atuar, sob orientação do Município de Tarumã, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento social, por meio da formalização de **TERMO DE COLABORAÇÃO PARA O PROJETO NOSSA ESCOLA, MEU FUTURO, com atendimento de aproximadamente 255 (duzentos e cinquenta e cinco) alunos do ensino médio e fundamental, a serem habilitados, através de Parecer da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**, conforme condições estabelecidas neste Edital e no Plano de Trabalho que o integra, na forma da Lei Federal nº 13.019, de 2014 com suas respectivas alterações.

**2 – JUSTIFICATIVA**

Vivemos em tempo de transição, onde novos valores, paradigmas e conceitos passam a ser repensados em prol de uma nova ordem social. Nesse contexto, muitos são os desafios postos à sociedade, em especial, à que tem sua função educativa, social e política ameaçada frente às exigências mercantis. Considerando esse cenário, acreditamos ser de vital importância analisar a maneira pela qual a família está sendo concebida e trabalhada pela sociedade e pela escola, no que se refere à sua participação nas decisões educacionais bem como na redefinição de suas atribuições. Dessa maneira, não poderíamos negligenciar a contribuição do Serviço Social no atendimento e acompanhamento das famílias no processo educativo, tendo em vista a ação educativa e política que a profissão desempenha.

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo das últimas décadas, responde sobretudo às requisições sócio institucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século.

A atuação profissional de assistentes sociais na defesa dos processos de gestão democrática da escola e da própria Política de Educação não pode estar dissociada, portanto, dos processos de luta pela democracia numa sociedade profundamente desigual

e na qual parte das pautas e das preocupações que historicamente constituem a agenda de luta de classe trabalhadora vem sendo paulatinamente ressignificada no âmbito de uma pedagogia que assegure a hegemonia do capital financeiro. Atuar nesta direção traz como desafios o reconhecimento dos vínculos entre a dinâmica própria aos estabelecimentos educacionais, seus diferentes sujeitos singulares e coletivos e os processos políticos que particularizam a luta pela democracia na sociedade brasileira, com os traços que forjaram nossa cultura política.

Ao mesmo tempo em que na escola se dão as contradições sociais que ocorrem na sociedade em que está situada, pode ocorrer a superação destes conflitos. Isso não significa destinar somente à escola a instância de luta pela transformação da sociedade, mas considerá-la na perspectiva de preparar os caminhos para uma nova sociedade. Como afirma Spozati (2000, p. 25), a educação por si só, não é capaz de garantir uma sociedade mais justa e equânime. (...) A educação é sim o caminho mais curto para estender o conceito de cidadania a todos os cidadãos.

No dia 12 de dezembro de 2019 foi aprovada a Lei 13.935/2019 da União, a, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. O desafio da escola é atenuar, em parte, os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender no cenário social. Como afirma Bernstein (1987), citado por GÓMEZ (1996, p.25): A escola deve transformar-se numa comunidade de vida e, a educação deve ser concebida como uma contínua reconstrução da experiência.

Comunidade de vida democrática e reconstrução da experiência baseadas no diálogo, na comparação e no respeito real pelas diferenças individuais, sobre cuja aceitação pode se assentar um entendimento mútuo, o acordo e os projetos solidários.

O projeto “Nossa Escola, Meu Futuro” solidificou-se com o trabalho voluntário da Assistente Social em nossa escola desde maio de 2017. O mesmo irá trabalhar em todas as áreas da instituição escolar. Com colaboradores; professores; adolescentes e jovens; famílias e comunidade. Trabalhar com projetos implica refletir sobre a importância da participação dos alunos na construção do seu próprio conhecimento. Os projetos estimulam a introdução de atividades mais dinâmicas na relação ensino—aprendizagem: atividades cooperativas, baseadas no diálogo, em que educadores e alunos interagem no processo permanente de construção de conhecimentos.

Sendo assim, aliado com a dinâmica didática, o projeto “Nossa Escola, Meu Futuro” almeja o desenvolvimento da consciência ética e social de jovens e das comunidades em que eles estão inseridos. É um projeto que busca atender a necessidades que são inerentes à juventude: de espaço, voz e oportunidade de construção de um mundo melhor.

### **3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

3.1. Será considerado apto para celebração do Termo de Colaboração (inciso VII do art. 2º, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as alterações advindas da Lei Federal nº 13.204, de 2015):

a) Entidade privada, sem fins lucrativos, que possua, entre seus objetivos estatutários ou regimentais associação ou fundação que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei Federal nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social;

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

3.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;

b) Cumprir o Plano de Trabalho elaborado pelo Município, constante do Anexo IV deste edital;

c) Atender aos requisitos e condições constantes neste edital.

3.3. A entidade sem fins lucrativos deverá estar regularmente constituída, no Estatuto Social e no cadastro nacional da pessoa jurídica da Receita Federal do Brasil (CNPJ) possuir como atividades principais e/ou secundárias a atividade de Ensino e/ou Educação Infantil.

3.4. É vedada a participação neste Chamamento Público de entidades privadas sem fins lucrativos que possuam dentre os seus dirigentes:

a) pessoas cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 anos;

b) pessoa julgada por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) pessoa considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

d) Agente Político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade do Município, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

e) Servidor Público ou Empregado Público vinculado ao Município, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.

3.5. Não poderão participar do Chamamento Público neste Edital as entidades que:

a) Estiverem com pendências relativas à prestação de contas ou com contas reprovadas em quaisquer convênios firmados anteriormente com o Poder Executivo Municipal e suas entidades do Município direta ou indireta;

b) Estejam em mora, inadimplentes com outros convênios e demais instrumentos congêneres celebrados com órgãos ou entidades do Município, ou irregular em relação a quaisquer das exigências da legislação e deste edital;

c) Cujo objeto social não se relacione às características do projeto ou que não disponham de condições técnicas para executar o objeto previsto no termo de Colaboração;

d) Tenham em suas relações anteriores com o Município incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

- Omissão no dever de prestar contas;
- Descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;
- Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- Ocorrência de dano ao Erário; ou
- Prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

3.6. Não será permitida a participação de Organização da Sociedade Civil que incorra nas vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

#### 4-

#### DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. As propostas serão avaliadas e classificadas considerando-se os critérios do item 7 deste Edital, que trata dos critérios de avaliação.

4.2. As instituições interessadas em participar do presente Edital deverão:

4.2.1. Apresentar a Proposta Técnica de Plano de Trabalho para execução, que deverá contemplar a descrição completa do projeto a ser executado e cumprir integralmente o plano de trabalho em anexo, bem como conter necessariamente os seguintes itens:

a) Justificativa que demonstre a caracterização de interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos a serem alcançados;

b) Informações relativas a capacidade técnica e gerencial do proponente para execução da proposta;

c) Trabalhos realizados, produzidos e/ou organizados pela entidade proponente;

d) Estimativa de custos, tomando como base a planilha de custo em anexo;

4.2.2 Comprovar experiência prévia, qualificação técnica e capacidade operacional para cumprir o objeto do item 1 deste edital, por meio de atestados e contratos que demonstrem:

a) A realização de parcerias firmadas com órgãos e entidades do Município, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil,

movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;

d) Contar na sua equipe com profissionais qualificados com experiência na execução de projetos de natureza igual ou semelhante;

**4.3. As instituições interessadas em participar do presente Chamamento Público também deverão apresentar a seguinte documentação de habilitação:**

4.3.1. Cópia do estatuto ou outro documento legal, atualizado, da(s) entidade(s) proponente(s); bem como cópia da última Ata de Eleição da Diretoria, que demonstre a composição da Diretoria, ou órgão equivalente;

4.3.2. Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade;

4.3.3. Declaração do representante legal da(s) entidade(s) afirmando a não existência de dívida com o Poder Público, bem como a sua não inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito, conforme alínea “a” do ANEXO III – DECLARAÇÃO DA RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE;

4.3.4. Cópia do comprovante de inscrição da(s) entidade(s) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ e demais dados de identificação da(s) proponente(s);

4.3.5. Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação de cada ente federado.

4.3.5.1. Para fins de regularidade fiscal, serão juntadas (certidões negativas ou positivas com efeito negativas): certidão da Secretaria da Receita Federal do Brasil, certificado de Regularidade do FGTS e Certidão de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4.3.6. Declaração de que a Entidade e seus dirigentes não estão em mora, inadimplentes com outros convênios, contratos de repasse ou termos de parceria/cooperação celebrados com órgãos ou entidades do Município, conforme ANEXO III - DECLARAÇÃO DA RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE;

4.3.7. As entidades privadas sem fins lucrativos devem ainda, declarar, conforme ANEXO III - DECLARAÇÃO DA RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE, não ter incorrido, em suas relações anteriores com nem ao menos em uma das seguintes condutas:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria/cooperação;
- c) Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- d) Ocorrência de dano ao Erário;
- e) Prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria ou cooperação.



4.4. Os documentos a que se referem os itens 4.2 e 4.3. deverão ser apresentados pela entidade interessada em participar deste Chamamento Público mediante preenchimento do Formulário de Habilitação constante do Anexo II deste Edital, acompanhada de Proposta Técnica de Plano de Trabalho conforme Anexo IV deste Edital e da Declaração (Anexo III).

4.5. As propostas serão apresentadas pelas OSCs, por meio da proposta escrita, deverão ser protocoladas na Prefeitura de Tarumã, à Rua Aroeira, n.º 482, Vila das Árvores, **até as 10h00 do dia 28 de julho de 2022.**

4.6. As propostas deverão ser encaminhadas em envelope fechado contendo o Plano de Trabalho, devidamente assinado, com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição "Proposta – Edital de Chamamento Público nº 003/2022", e poderão ser encaminhadas via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente conforme Item 4.5 supra.

4.7. A proposta deverá ser entregue em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.

4.8. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pelo Município.

4.9. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta.

4.10. Não sendo apresentada a documentação mencionada no item 4, a entidade selecionada será considerada desistente e será convocada a entidade que apresentou a segunda melhor proposta, e assim sucessivamente, que será considerada selecionada, desde que regular a documentação de habilitação.

## 5- DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

5.1. A Comissão de Seleção instituída pelo Município pelo Decreto 2.475/2021 de 28 de julho de 2021, será a responsável pela análise e avaliação das Propostas apresentadas, bem como dos documentos de habilitação das entidades, observando-se a publicidade, a imparcialidade, a transparência e a impessoalidade no julgamento objetivo das Propostas, com base na Lei e nas disposições deste Edital.

5.2. Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, que será constituída por meio de Portaria municipal própria.

5.2.1. Deverá ser assegurada a participação de pelo menos um servidor público ocupante de cargo efetivo ou empregado permanente do quadro de pessoal do Município, nos termos inciso X do art. 2º e do art. 27 da Lei nº Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

5.3. Os integrantes da Comissão de Seleção ficam impedidos de participar da análise e avaliação que se referem os itens 4.2. e 4.3. nos seguintes casos:

- a) Tenham interesse direto na matéria;
- b) Tenham participado como colaboradores na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos cinco anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins;

c) Esteja o integrante ou o respectivo cônjuge ou companheiro(a) litigando judicial ou administrativamente com o proponente;

d) Tenham mantido, nos últimos cinco anos, relação jurídica com ao menos uma das entidades participantes deste Chamamento Público.

5.4. O integrante da Comissão de Seleção que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente pela nomeação da Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

5.5. Configurado o impedimento previsto no item 5.3, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

5.6 Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

5.7 A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido no item 9 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 02 (dois) dias úteis.

**5.8** A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da **isonomia, da impessoalidade e da transparência**.

6-

## DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Na data indicada no cronograma previsto no item 12 deste Edital, a Comissão de seleção se reunirá para abertura das propostas e avaliação de seus requisitos, conforme previsto no item 7 deste Edital.

6.2. As Propostas que atenderem plenamente às exigências descritas no item 4 deste Chamamento Público serão avaliadas pela Comissão de seleção.

6.3. Os membros da Comissão de seleção discutirão e avaliarão em conjunto cada um dos critérios mencionados no item 7 e atribuirão nota a cada um deles, consignando a pontuação no Formulário de Avaliação.

6.4. Será lavrada Ata da sessão com o registro do nome da entidade sem fim lucrativo e a respectiva nota, bem como da ordem das entidades selecionadas para fins de verificação da documentação de habilitação.

6.4.1. A eventual causa de desclassificação da entidade também deverá ser consignada em Ata.

6.4.2. Os Formulários de Avaliação de cada entidade serão mantidos como anexos da referida Ata.

7-

## DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

7.1. As propostas que atenderem plenamente às exigências deste Chamamento Público serão avaliadas pela Comissão de seleção, conforme os critérios do item 7.2 deste Edital.

7.2. As propostas apresentadas serão pontuadas da seguinte forma (Item solicitado, Pontos, Peso):

- a) A proponente participa de outros programas ou projetos de interesse público através de Termos de Parceria? (identificar): - Não Participa: 0 pontos; - Participa de pelo menos 1: 3 pontos; - Participa de mais de 1: 5 pontos.
- b) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas: - Apresentou todas as informações de maneira clara: 10 pontos; - Deixou de apresentar 1 informação: 5 pontos; - Deixou de apresentar mais de 1 informação: 3 pontos; - Não apresentou informação: 0 pontos.
- c) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante: - Não apresentou projeto semelhante: 0 pontos; - Apresentou 1 projeto semelhante: 3 pontos; - Apresentou mais de 1 projeto semelhante: 5 pontos.
- d) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta. - Apresentou valor superior ao da proposta: 0 pontos; - Apresentou valor igual a proposta: 3 pontos; - Apresentou valor inferior à proposta com desconto de até 10% a menos :5 pontos; Apresentou valor inferior à proposta com desconto acima de 10%: 10 pontos
- e) Disponibilidade de pessoal qualificado para a execução do objeto da parceria, mediante declaração formal de disponibilidade e relação nominal com qualificação profissional dos recursos humanos que atenderão a parceria: - Apresentou declaração de disponibilidade: 05 pontos; - Apresentou relação nominal, com documentos de habilitação de pelo menos 30% do pessoal necessário para cumprir a parceria: 10 pontos;
- f) Existem atividades ou ações, além das propostas no Plano de Trabalho, sem participação financeira do Município? Devem ser descritas: - Não existem atividades extras: 0 pontos - Existe uma ação extra proposta: 05 pontos - Existe mais de uma ação extra proposta: 10 pontos

7.2.1. Pontuação Máxima: 50 pontos.

7.3. A proposta selecionada será a que obtiver a maior pontuação segundo os critérios acima, observadas as demais exigências deste Edital.

7.4. Havendo empate entre a pontuação das entidades selecionadas, será selecionada a entidade que apresentar maior pontuação no critério registrado na alínea "c" do item 7.2. Persistindo o empate, no critério registrado na alínea "e" do item 7.2.

7.5 Se mesmo assim persistir o empate, o vencedor será decidido mediante sorteio público.

7.6. O não atendimento às exigências deste Edital levará à desclassificação da Proposta, o que deverá ser consignado na Ata da sessão de abertura das propostas do presente Chamamento Público.

7.7. Serão eliminadas aquelas propostas:

- a) cuja pontuação total for inferior a 50% da pontuação máxima;



- b) que estejam em desacordo com o edital; ou
- c) cujo valor global estiver acima do teto previsto nos itens deste edital e do projeto básico

7.8. As entidades selecionadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento e terão a sua documentação de habilitação analisada, conforme item 8 deste Edital.

8-

### **DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

8.1. Após o encerramento da fase competitiva com a ordenação das propostas selecionadas, a Comissão de seleção procederá a análise da documentação de habilitação indicada no item 4.3 deste Edital.

8.2. As entidades sem fins lucrativos que atenderem plenamente às exigências descritas no item 4.3 deste Chamamento Público terão a sua documentação analisada pela Comissão de seleção.

8.3. O não atendimento às exigências deste Edital levará à inabilitação da entidade selecionada o que deverá ser consignado na Ata da sessão do presente Chamamento Público.

8.4. A critério da Comissão de seleção e devidamente justificado em Ata, poderão ser realizadas diligências para conferência da documentação de habilitação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da notificação da Comissão.

9-

### **DO RESULTADO PRELIMINAR, DOS RECURSOS E DO RESULTADO FINAL**

9.1. O resultado preliminar de julgamento das propostas e da análise da documentação de habilitação será divulgado no sítio oficial do Município ([www.taruma.sp.gov.br](http://www.taruma.sp.gov.br)), iniciando-se o prazo para recurso.

9.2. Do resultado preliminar caberá recurso para a Comissão de seleção, que poderá ser interposto até dois dias corridos após a publicação do resultado preliminar, devidamente fundamentado. Não será aceito recurso interposto fora do prazo.

9.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

9.4. Interposto recurso, será dada ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 02 (dois) dias corridos, apresentem contrarrazões, se desejarem. O Município dará ciência, preferencialmente por meio eletrônico, para que os interessados apresentem suas contrarrazões no prazo de 02 (dois) dias úteis.

9.5. Recebido o recurso, a Comissão de seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Prefeito, com as informações necessárias à decisão final.

9.6 A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

9.7 Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

9.8 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.9. Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o Município divulgará o resultado no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

9.10 A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria.

9.11 Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, o Município poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

## **10- DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA**

10.1. A Administração Pública repassará à OSC, o valor de R\$ 8.510,00 (oito mil quinhentos e dez reais), em parcela única, conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho anexo a este Termo de Colaboração.

I - Recursos provenientes da dotação:

II - As despesas decorrentes da presente licitação onerarão a seguinte rubrica orçamentária:

02.07.00-08.243.0029.2080- 3.3.50.43-**544 (1)** – Subvenções Sociais

10.2. A Administração disponibilizará, para a execução do objeto da parceria recursos financeiros no montante de R\$ R\$ 8.510,00 (oito mil quinhentos e dez reais)

10.3 As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, a quantidade de alunos atendidos, observado o disposto no art. 48 da L.F. nº 13.019/2014

10.4. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da L.F. nº 13.019/2014.

Obs: É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

10.5. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho (art. 46 da L.F. nº 13.019/2014):

- a) remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija.
- c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, locação de materiais, uniformes, EPI(s));

10.7. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade do Município, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as despesas de caráter indenizatório, identificadas nas alíneas "a" e "b" do subitem 10.7.

10.8. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da L.F. nº 13.019/2014, é essencial e necessário a manutenção de uma conta exclusiva para a movimentação financeira dos recursos e a efetivação dos gastos.

10.9. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga o Município a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

## 12 – DO CRONOGRAMA E PRAZOS DESTE EDITAL

12.1. O presente Chamamento Público obedecerá ao seguinte cronograma:

EVENTOS	PRAZOS
a) Prazo para apresentação da(s) proposta(s), com atendimento do edital e dos requisitos legais	Até quinze dias após a publicação do edital de Chamamento Público;
b) Abertura das propostas	Após o término do prazo de quinze dias, contados da publicação do edital
c) Análise das propostas enviadas e divulgação do resultado preliminar no site oficial do Município	Até cinco dias úteis a partir do prazo previsto para abertura das propostas
D) – Prazo para Recurso	Até dois dias úteis após a publicação do resultado preliminar no site oficial do município.
e) Análise dos Recursos pela Comissão de Seleção	Até três dias úteis a partir do prazo previsto para interposição de recurso'
f) Homologação e Publicação do resultado definitivo da fase de seleção	Até dois dias úteis após o julgamento dos recursos

### 13- DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

13.1. O Termo de Colaboração será ajustado em conformidade com a legislação aplicável, bem como as informações prestadas pelo proponente por ocasião da apresentação da Proposta, sendo de exclusiva responsabilidade do proponente a obrigação de informar tempestivamente o Município toda e qualquer alteração na titularidade de seus dirigentes, bem como qualquer outro fato ou situação prevista neste Edital, ou que venha a alterar a minuta do instrumento a ser elaborada.

13.2. A celebração do Termo de Colaboração será precedida de análise e manifestação conclusiva pela Comissão de seleção, bem como pela Procuradoria Jurídica do Município, segundo suas respectivas competências, quanto ao atendimento das exigências legais e da legislação, bem como quanto às disposições deste Edital.

13.3. O prazo de vigência do Termo de Colaboração compreende o período com início a data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2022.

13.4. O Termo de Colaboração terá sua eficácia condicionada à publicação do respectivo extrato, no meio oficial de publicidade do Município.

### 14 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Colaboração e no valor nele fixado;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Colaboração prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Colaboração;

VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e



IX – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Colaboração na imprensa oficial do Município.

14.2. Compete à OSC:

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Colaboração aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo relativas à aplicação dos recursos;

II – Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III – Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV – Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, no caso a Marilene Ferreira diretora, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

VI – Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;

VII – Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;

VIII – Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

IX – Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Colaboração, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

X – Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Colaboração;

XI – Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XII – Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XIII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, aos gestores da parceria, do controle interno e do

Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;

XIV – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiro enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações saldos de contas; e

XV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XVI– a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

## 15 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

15.1. A prestação de contas deverá ser efetuada em até 30 (trinta) dias do término da vigência da parceria, conforme consta no Plano de Trabalho, de acordo com o Cronograma de Execução as Metas, estabelecido no Plano de Trabalho, Anexo IV.

15.2. Comissão de monitoramento e avaliação: órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

15.3. A prestação de contas final dos recursos recebidos, deverá ser apresentada com os seguintes relatórios:

I – Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;

II – Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

III – Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;

IV - Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;

V - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC;

VI - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste Termo de Fomento;

VII - Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela OSC no exercício e das metas alcançadas.

## **16- DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

16.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas. Que será analisada pela Comissão de monitoramento e avaliação, instituída pelo Decreto 2.476/2021 de 28 de julho de 2021.

16.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Colaboração através de seu gestor: Elaine da Silva Nascimento, portadora do RG nº 25.462.906-4 e do CPF nº 323.208.148-76, função Presidente, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

16.3. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

16.4. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias

16.5. No exercício de suas atribuições os gestores de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

16.6. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

## 17- DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data limite para envio das propostas, por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no item 4.5 deste Edital. A resposta às impugnações caberá a Secretária Municipal de Governo.

17.2. Para esclarecimento de dúvidas a respeito deste Edital e seus anexos, a entidade interessada poderá encaminhar exclusivamente por e-mail para [licitacao@taruma.sp.gov.br](mailto:licitacao@taruma.sp.gov.br), até 10 (dez) dias corridos anteriores à data limite para envio da Proposta.

17.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

17.4 O ato de encaminhamento da proposta implica o conhecimento e a integral concordância do proponente com as normas e com as condições estabelecidas neste Edital, inclusive a sua apresentação no original para fins de celebração do Termo de Colaboração.

17.5. Os materiais encaminhados pelos proponentes não serão devolvidos, cabendo à Comissão de seleção instituída pelo Município a decisão sobre seu arquivamento ou destruição.

17.6. O prazo para envio das propostas para inicia-se as 8 horas do dia posterior à publicação do edital. Os custos e demais ônus de participação na presente seleção pública, incluídos os relativos à elaboração e à apresentação dos projetos, serão de responsabilidade exclusiva do proponente.

17.7. O presente Edital ficará à disposição dos interessados no sítio oficial do Município ([www.taruma.sp.gov.br](http://www.taruma.sp.gov.br)).

17.8. Os casos omissos serão apreciados pela Comissão de seleção, especialmente designada por portaria municipal.

17.9. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão a inabilitação da entidade.

17.10. Verificada falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado, a proposta correspondente deverá ser desclassificada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis. O Município deverá ser informada imediatamente caso ocorra alteração nas situações acima referidas, para análise e demais providências, no que couber, durante todo o prazo deste Edital e do Termo de Colaboração a ser celebrado, conforme o caso.

17.11. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o Município de qualquer responsabilidade civil ou penal.

17.12. O Município não está obrigada a celebrar o Termo de Colaboração, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

17.13. A qualquer tempo, o presente Edital de Chamamento Público poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.14. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II – Declaração sobre disponibilidade de Pessoal e Condições Materiais;

Anexo III – Declaração da Relação dos Dirigentes da Entidade; Anexo

IV – Plano de Trabalho;

Anexo V – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos; Anexo VI – Minuta do Termo de Colaboração;

Anexo VII – Declaração de Contrapartida; Anexo

VIII – Características dos Projetos;

Anexo IX – Estimativa de Custo com Pessoal Entidade sem fins lucrativos (OSC);

Tarumã 11 de julho de 2022

**FLÁVIA TEODORO DA SILVA**  
**PRESIDENTE DA COMUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**

**OSCAR GOZZI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**



## **ANEXO I**

### **CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2022 DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Declaro que a(nome da entidade) está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº\_\_\_\_/2022 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

, de de 2022.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## **ANEXO II**

### **CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2022** **DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL E CONDIÇÕES MATERIAIS**

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da L.F. nº 13.019, de 2014, que a :

( ) dispõe de pessoal qualificado, em número suficiente, e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

( ) pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

( ) dispõe de condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria, outros materiais para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme uma das três atividades constantes do Plano de Trabalho.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

### **CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2022 DECLARAÇÃO DA RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE**

Declaro para os devidos fins, em nome da , que: ( ) Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados:

- (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade do Município; ou
- (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a".

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE:

Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF Endereço residencial, telefone e e-mail (listar):

( ) Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade do Município, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as despesas previstas nas alíneas "a" e "b" do subitem 10.7 do edital;

( ) Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

- (a) dirigente de órgão ou entidade do Município;
- (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade do Município ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias e as despesas previstas nas alíneas "a" e "b" do subitem 10.7 do edital; e
- (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra o Município ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

, de de 2022.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**ANEXO IV – PLANO DE TRABALHO**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº003/2022**  
**(Documento em anexo)**

### OBJETIVOS DO PROJETO.

- Proporcionar suporte emocional, social, educacional necessário à manutenção ou resgate da auto estima do adolescente e do jovem, através de Projetos, torneios esportivos, gincanas e eventos sociais;
- Criar espaços efetivos para a construção e formação da consciência cidadã; para a busca do respeito e aceitação da diversidade, trazendo para a escola os conceitos da Cultura da Paz e Comunicação não Violenta;
- Discutir e combater, com os colaboradores; alunos; professores; pais e comunidade, todas as formas e manifestações de preconceitos e discriminação, especialmente por razões de identidade étnica e cultural; credo; opção política, ideológica e sexual; condição física ou mental, econômica e social;
- Criar espaços para que os jovens possam pensar, pesquisar, discutir, vivenciar e conhecer empresas, universidades e, todas as profissões, possibilitando uma coerente e adequada perspectiva de futuro dentro de seus sonhos e, Estimular, assegurar e melhorar a qualidade nas relações pais e filhos, procurandominimizar as situações conflitantes, incentivando uma interação harmoniosa e saudável entre os mesmos.
- Estimular nos alunos do ensino médio a pesquisa das possibilidades que o ENEM lhes oferece, bem como o acesso aos benefícios federais para auxilia-los em seu futuro escolar.

### METAS.

- Melhoria das relações interpessoais, trabalhada nas Rodas de Conversas, de março a dezembro, com os trinta e dois colaboradores da instituição, que se refletira na qualidade do atendimento aos alunos e famílias.
- Desenvolvimento da consciência ética, social e profissional dos 255 alunos da escola, distribuídos nos diversos projetos no período de março a dezembro refletindo numa melhor qualidade de vida e seu protagonismo social.
- Desenvolver ações preventivas do projeto periscópio, no período de março a dezembro alunos, famílias e comunidade ampliando a discussão sobre o papel das drogas lícitas e ilícitas em nossas famílias e comunidade.
- Possibilitar aos 66 alunos do segundo e terceiro ano do ensino médio, através do projeto Profissões: qual a escolha certa, o conhecimento de profissões e mercado de trabalho visitando grandes e pequenas empresas; bem como universidades e cursos profissionalizantes que lhes possibilitem uma gama maior de oportunidades de estudo e pesquisa de cursos que correspondam com seus desejos, anseios, aptidões e valor financeiro de alguns cursos.